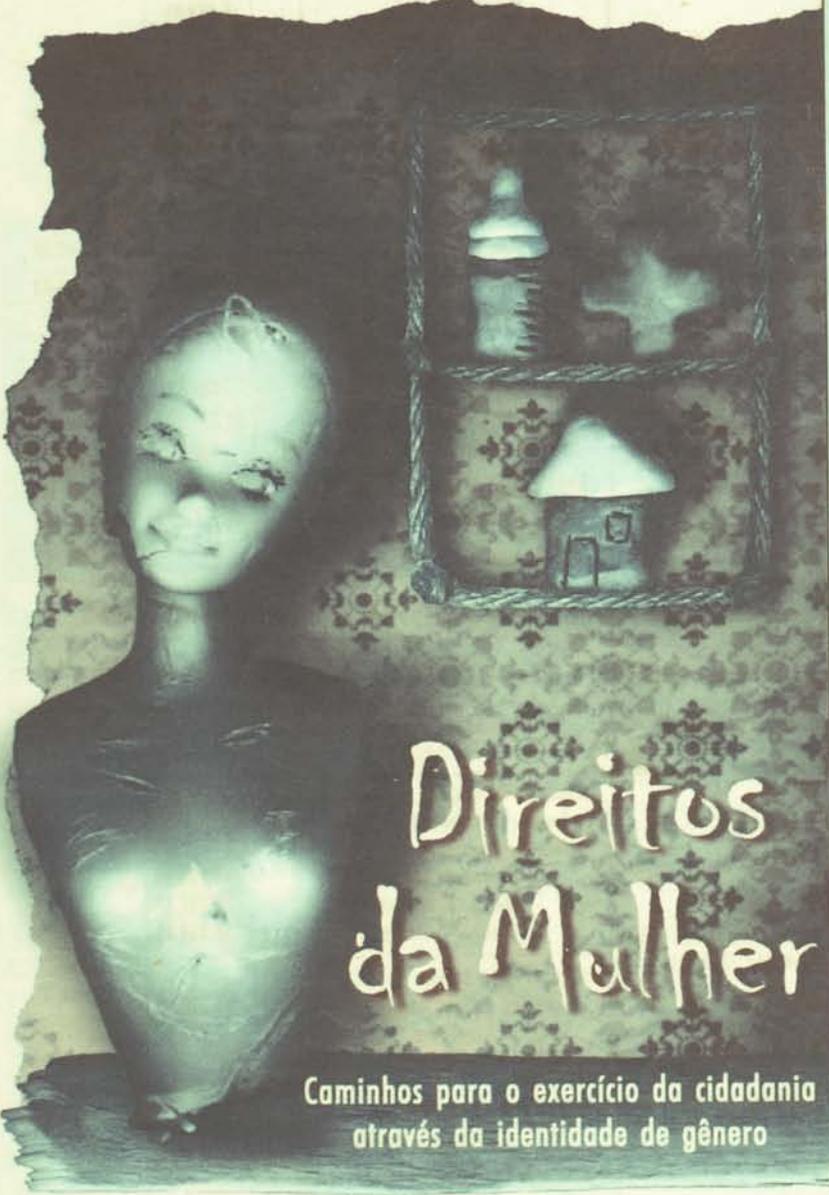


Momento de reflexão

A eleição que apontará a nova Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social acontecerá nos dias 7, 8 e 9 de abril e promete reunir a categoria em torno de discussões e práticas relevantes. Mais do que a escolha de uma ou outra chapa, o processo eleitoral do CRESS é sempre uma oportunidade para a reflexão sobre as conquistas e as lutas do Serviço Social e sobre o papel que esta entidade deve desempenhar junto aos profissionais e à sociedade em geral. Vale lembrar que o pleno conhecimento das plataformas eleitorais é fundamental para uma escolha consciente e participativa. Para garantir que todas as chapas inscritas tenham igual possibilidade de expor suas idéias e propostas, estaremos publicando uma edição especial do jornal Praxis. Esta edição chegará a casa dos profissionais na primeira semana de abril e estará também à disposição para consulta nos locais de votação. Nossa intenção é proporcionar transparência e efetiva divulgação das intenções das chapas candidatas, fazendo valer o processo democrático.

Dedicamos esta segunda edição do jornal Praxis ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março. As discussões sobre gênero cada vez mais atravessam todas as áreas de atuação do Serviço Social. As conquistas dos últimos anos na área de Direitos da Mulher deram maior visibilidade às questões femininas, porém estão longe de dimensionar e apontar solução para problemas como violência doméstica e direitos reprodutivos. Apresentamos nesta edição apenas um debate sobre o tema, que não pretendemos esgotar e que continuaremos abordando em outras reportagens específicas sobre projetos de intervenção bem-sucedidos, lutas e conquistas dos movimentos feministas.

IMPRESSO



Direitos da Mulher

Caminhos para o exercício da cidadania através da identidade de gênero

As bandeiras dos movimentos feministas no Brasil atravessam uma série de outras questões como a situação sócio-econômica da população e a discriminação racial. Este fato, no entanto, apenas potencializa a necessidade de tomada de consciência de gênero como fator agregador de uma parcela expressiva da população na luta por políticas públicas mais eficazes.

DESAFIO

Laura Jane, assistente social do Núcleo de Comunicação do HEMORIO, ensinou jovens a salvar vidas com um projeto de educação para a saúde. (pág. 3)

OUTRAS PALAVRAS

Váleria Forti defende a arte como instrumento de trabalho em Serviço Social e fala sobre a perspectiva libertária do processo criativo. (pág. 6 e 7)

ESPAÇO CRESS

Convite à participação

Com o objetivo de facilitar a votação para escolha da nova diretoria do CRESS, a ser realizada nos dias 7, 8 e 9 de abril, a Comissão Regional Eleitoral procurou garantir abertura de mesas em vários municípios do Rio de Janeiro.

Os endereços abaixo já estão confirmados e os municípios de Niterói e Macaé estarão indicando seus locais de votação na edição especial do jornal Praxis, que sai na primeira semana de abril com as plataformas das chapas inscritas.

Todo este esforço para descentralizar a votação, voltado para a conveniência dos profissionais, depende da participação da categoria para dar certo. As mesas ficarão abertas de 10 h às 18 h, mas os horários de plantão podem ser negociados de acordo com a disponibilidade dos voluntários. A dispensa do trabalho pode ser solicitada oficialmente pela Comissão Eleitoral.

Participe de uma mesa eleitoral e garanta o maior acesso da categoria à votação. Para se inscrever, basta ligar para o CRESS.

Contamos com você.

LOCAIS DE VOTAÇÃO

CENTRO

- CRESS
Rua México, 41 – salas 801 e 1204.
- SINDICATO DOS SERVIDORES DAS AUTARQUIAS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RJ (SINSAFISPRO)
Rua 13 de maio, 13 – sala 1402.

REALENGO

- UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO (procurar recepção)
Av. Santa Cruz, 1631.

MADUREIRA

- SESC (procurar recepção)
Rua Ewbanck da Câmara, 90.

CAMPO GRANDE

- HOSPITAL ROCHA FARIA (procurar recepção)
Av. Cesário de Melo, 3215.

NOVA IGUAÇU

- SESI (procurar recepção)
Rua Gerson Chernicharo, 1321
Bairro da Luz

Conselho Regional de Serviço Social CRESS - 7ª Região

BALANÇO PATRIMONIAL

MÊS: DEZEMBRO/98

ATIVO		R\$
ATIVO FINANCEIRO DISPONÍVEL		
Bco. C/Movimento	5.553,81	
Bco. C/Vine. Apli. Financeira	27.545,77	
Responsáveis por suprimento	9.413,45	42.513,03
OUTROS	16.538,03	16.538,03
ATIVO PERMANENTE		
Bens Patrimoniais		
Bens Móveis	43.169,81	
Bens Imóveis	38.373,56	81.543,37
TOTAL DO ATIVO		140.594,43
PASSIVO		R\$
DÍVIDAS FLUTUANTES		
Depósito de Div. Origens	337,82	
Consignações	15.157,92	
Credores da Entidade	460,40	15.956,14
SALDO PATRIMONIAL		
Patrimônio		124.638,29
TOTAL DO PASSIVO		140.594,43

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

MÊS: DEZEMBRO/98

VARIAÇÕES ATIVAS	R\$	R\$
TÍTULO		
Resultado da Execução Orçamentária		
Receitas Orçamentárias		
Receitas Correntes		
• Receita de Contribuições	649.925,20	
• Receita Patrimonial	20.137,17	
• Receita de Serviço	50.339,83	720.402,20
Mutação Patrimoniais		
Aquisição de Bens Móveis	23.743,68	
Const. ou Aquis. Bens Imóveis	9.732,48	33.476,16
DÉFICIT		45.775,10
TOTAL		799.653,46
VARIAÇÕES PASSIVAS		
Resultado da Execução Orçamentária		
Despesas Orçamentária		
Despesas Correntes		
• Despesas de Custeio	763.793,32	
• Transferências Correntes	2.383,98	766.177,30
DESPESAS DE CAPITAL		
Investimento	33.341,83	
Inversão Financeira	134,33	33.476,16
TOTAL		799.653,46

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1998

José Carlos Gonçalves da Silva
CRC/RJ 45.730-9

DESAFIO



PROJETO

JOVEM SALVA-VIDAS

Laura Jane
trabalha no Núcleo
de Comunicação
Social do HEMORIO

Educação para saúde ajuda a formar futuros doadores de sangue

A idéia de trabalhar com escolas foi inspirada por experiências bem-sucedidas em alguns estados do Brasil. A abordagem inicial em forma de Pesquisa/Ação e a utilização de recursos de relaxamento e dramatização para sensibilizar o público-alvo foram contribuições das assistentes sociais Laura Jane Neumann e Selene de Moraes Silva. Em 1996, as duas profissionais do Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti do Rio de Janeiro, HEMORIO, decidiram focalizar seu trabalho de educação para saúde na formação de futuros doadores. Hoje, após três anos de muita dedicação, o projeto já contabiliza 48 escolas e 5500 alunos em seu currículo.

A doação de sangue como ato espontâneo e habitual não faz parte da cultura dos brasileiros. A necessidade de sangue na rede hospitalar, no entanto, é premente. O HEMORIO atende às demandas transfusionais do próprio instituto e 144 hospitais da rede pública e privada. Vivemos num país onde a situação econômica e social da população limita ainda mais o número de doadores de sangue de qualidade, ou seja, sem risco de transmissão de doenças para os pacientes. Neste sentido, é necessário trabalhar para a captação imediata de sangue e também investir no desenvolvimento de uma cultura de doação. O Projeto Jovem Salva-Vidas conquistou resultados nas duas frentes: a conscientização de jovens sobre o tema e o incremento nos últimos três anos do número de doadores na faixa etária de 18 a 21 anos.

O trabalho começou com uma pesquisa em duas escolas próximas ao instituto: Escola Júlia Kubitschek e Liceu de Artes e Ofícios, ambas de segundo grau. A técnica Pesquisa/Ação permite maior interação entre o pesquisador e o público pesquisado, favorecendo o envolvimento do público com o tema. "Adotamos também a dramatização

de situações do cotidiano dos jovens com o objetivo de levantar as temáticas relacionadas ao sangue, como sexo sem práticas preventivas, uso de drogas, alcoolismo e outras", explica Laura Jane. "Utilizamos como fundamento teórico destas dramatizações, o Teatro do Oprimido de Augusto Boal". Laura

Jane conta também que nas primeiras visitas às escolas ficou logo claro que o sangue era apenas um conceito científico, muito distante da realidade dos jovens. "Decidimos adotar, então, técnicas de relaxamento, que proporcionassem para o adoles-

cente a percepção do próprio sangue correndo nas veias, e exploramos este contato emocional para demonstrar a dimensão social do sangue," explica. "Os resultados foram excelentes". Após um ano de pesquisa, estas técnicas foram incorporadas oficialmente ao projeto.

Jovem Salva-Vidas foi o nome dado pelos próprios alunos das primeiras turmas visitadas. Depois da sensibilização, os estudantes são convidados a desenvolver projetos de pesquisa sobre o tema, que são apresentados em Feiras de Ciência, Feiras de Cultura ou em eventos específicos. O nome oficial nasceu numa das apresentações de

trabalhos. "Estimulamos também gincanas em busca de doadores - familiares e amigos. O prêmio é salvar vidas e os jovens ficam muito motivados com este nobre desafio", conta Laura Jane. Um trabalho que nasceu da força de vontade de duas profissionais de Serviço Social, hoje está incorporado aos programas do HEMORIO e é a menina dos olhos do Núcleo de Comunicação Social do instituto. Laura Jane gosta de lembrar que, apesar de todos os esforços do Serviço Social e do Núcleo de Comunicação Social na captação e educação para a saúde, o número de doadores ainda precisa aumentar muito. "O HEMORIO tem capacidade para atender até 800 doadores por dia, no entanto, comparecem diariamente uma média de 350 pessoas". Ainda há um vasto caminho de conscientização pela frente, mas os jovens salva-vidas já provaram ser eficientes multiplicadores da mensagem do instituto. E, você, que tal participar desta empreitada, doando sangue para quem precisa?

"O HEMORIO tem capacidade para atender até 800 doadores por dia, no entanto, comparecem diariamente uma média de 350 pessoas"



HEMORIO

Rua Frei Caneca, 8. Centro. Rio de Janeiro/RJ
Horário de funcionamento: Segunda a Domingo de 7:00h às 19:00h
Disque Sangue 240-2494

Para doar sangue, você precisa:

- Documento de Identidade
- Estar bem de saúde
- Ter entre 18 e 60 anos
- Pesar mais de 50kg
- Evitar alimentos gordurosos nas três horas que antecedem a doação (não é necessário estar em jejum)
- Não ser usuário de drogas
- Não estar grávida ou amamentando
- Não ter tido contato sexual com pessoas que tenham comportamento de risco para AIDS

Feminino Plural

Muitos dizem que os movimentos feministas acabaram. Talvez porque não se veja mais mulheres queimando sutiãs ou em passeatas com flores nos cabelos a bradar pela igualdade de direitos entre os sexos. Muito pelo contrário: o balanço dos movimentos feministas no fim deste século aponta para uma atitude mais madura e uma maior capacidade de intervenção. A luta feminista deixou as ruas, mas porque, nos últimos trinta anos, amadureceu com a legitimação internacional da sua causa e optou por traçar eficientes estratégias de guerrilha, num cotidiano ainda dominado no Brasil e no mundo pela ideologia da supremacia masculina.

Foram muitas conquistas, mas ainda há uma longa estrada pela frente. Principalmente se pensarmos no Brasil, país onde as desigualdades sociais agravam a situação da mulher pobre e desprotegida, vítima da ineficiência das políticas de assistência, prevenção e saúde. Os movimentos de mulheres brasileiras ganharam muita força nos últimos vinte anos, acumulando conquistas como a criação dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Mulher, a adoção do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pela rede ambulatorial e hospitalar pública e a implantação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). No entanto, a realidade ainda é dura quando se fala sobre as duas principais bandeiras da luta feminina: saúde da mulher/direitos reprodutivos e violência no lar.

O último Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, trabalho desenvolvido em 1996 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), registra informações alarmantes sobre a situação da mulher no país. Dados de 1989 indicam uma taxa de mortalidade materna de 124 para cada 100 mil mulheres, com variação entre o máximo de 380 na Região Norte e o mínimo de 96 na Região Sul. Entre 1980 e 1987, a participação de mães de menos de 25 anos na taxa de mortalidade materna passou de 31% para 35%. E pior: a maior causa de morte tem sido a toxemia gravídica, o que revela deficiências nos serviços de saúde e má qualidade dos serviços pré-natais, já que se tratam de situações geralmente controláveis através do acompanhamento de peso e pressão arterial durante a gravidez. No Amapá, Amazonas, Roraima, Bahia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí e Distrito Federal, a curetagem pós-aborto é uma das cinco causas principais de internação.

SAÚDE DA MULHER

Suely Gomes Costa, assistente social com doutorado em História e militante do movimento de mulheres de Niterói, atualmente professora de Serviço Social na UFF, trabalhou durante muitos anos na área de saúde e viveu de perto este drama. "O grande problema da saúde da mulher é a pobreza. A mulher das classes alta e média tem os seus direitos reprodutivos garantidos, porque pode pagar por eles. Já a mulher pobre, que depende da saúde pública para intervir no seu próprio corpo, como, por exemplo, no caso de uma laqueadura de trompas desejada, não conta com nenhum apoio", destaca a professora. "Mesmo nos casos de risco de vida para a mulher ou feto mal formado, a justiça é lenta em autorizar uma intervenção, o que acaba muitas vezes resultando numa gravidez indesejada e nas consequências sociais deste fato".

Suely participa de um movimento organizado de mulheres na área da saúde - o Grupo de Humanização da Assistência do PAISMCA do Hospital Universitário Antônio Pedro - que busca pressionar o

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS DA MULHER

Rio de Janeiro tem tradição na luta feminina

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) foi criado em 1987 com os bons ventos de redemocratização

do país. Foi uma vitória dos movimentos organizados de mulheres feministas fluminenses, que até então atuavam na militância social e decidiram lutar pela interferência no poder público. Trata-se de um órgão de assessoramento direto do Governo do Estado do Rio de Janeiro, vinculado ao Gabinete Civil, cuja missão é formular e fomentar políticas públicas voltadas para a valorização da população feminina.

Na época de sua criação, as principais propostas voltavam-

se para a implantação do Programa Integral de Atenção à Saúde da Mulher (PAISM) - criado em 1983 pelo Governo Federal e, até aquela altura, ignorado no Rio de Janeiro - e para a criação de Delegacias de Atendimento à Mulher. De lá para cá, o CEDIM acumula várias conquistas como a efetiva implantação das delegacias especializadas e algumas ilhas de excelência em relação ao PAISM, a exemplo do Centro de Saúde Santa Rosa de Niterói. A conscientização sobre os direitos da mulher também tem

legislativo e o executivo na apresentação de soluções para estes e outros problemas relacionados aos direitos reprodutivos. Sobre as formas de intervenção do assistente social neste cenário, a professora aponta alguns caminhos. "O Serviço Social tem ampla responsabilidade como catalisador do trabalho de educação em saúde, fundamental para que a população ganhe consciência dos seus direitos e, no caso da mulher, para que esta entre em contato com suas questões específicas", explica. "O assistente social tem um papel importantíssimo na montagem das formas de controle social das políticas públicas. Novamente no caso da mulher, que é submetida à uma formação para a passividade e domesticidade, cabe ser agente de conscientização sobre a importância de ocupar o espaço público e indignar-se para fazer valer seus direitos. A mulher por ter sido educada para a tolerância e a paciência, muitas vezes se submete a situações inaceitáveis, que são cruelmente naturalizadas."

■ VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ■

Suely Gomes se refere à saúde, sua área de atuação e estudo, mas também em relação a outros temas há naturalização de práticas que ferem a cidadania feminina. É o que ocorre com a violência doméstica. As estatísticas, neste caso, são raras e não retratam a realidade, mascarada pelo medo de represálias e pela vergonha de denunciar. O relatório já citado sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil aponta que as mulheres representam 66% das vítimas de agressões na família e que quase sempre o homem é o agressor, muito frequentemente o marido. Marlise Vinagre, assistente social, professora da UFRJ, mestre em Serviço Social e doutoranda em Ciências Sociais, autora do livro "Violência contra a mulher: quem mete a colher?", acredita que a criação das delegacias de mulheres tornou mais visível o fenômeno da violência contra a mulher, principalmente a doméstica: "A violência denunciada, no entanto, não significa nem 10% da praticada. Trata-se de uma realidade presente em todas as classes sociais e o assistente social acaba lidando com a violência doméstica em qualquer que seja sua

área de atuação, na saúde, na empresa, na justiça, quando está trabalhando na vara de família, através da criança, enfim, mais cedo ou mais tarde terá contato com o tema." A professora alerta para o fato de que o profissional de Serviço Social ainda não está devidamente qualificado para lidar com uma temática tão complexa, que requer uma compreensão profunda do ponto de vista teórico. São várias razões que tornam o tema tão difícil: o agressor é uma pessoa com quem se tem uma relação de afeto, na maior parte dos casos se trata de uma violência rotinizada, que pode envolver também maus tratos em relação à criança ou abuso sexual infantil, e que quase sempre resulta em sérios danos para a saúde física e mental da mulher e de toda a família. Marlise destaca que os assistentes sociais já despertaram para a relevância da discussão sobre a violência contra a mulher e sobre a temática de gênero de forma mais abrangente, inclusive, acerca da conexão entre identidade profissional e identidade de gênero.

■ TOMADA DE CONSCIÊNCIA ■

Na verdade, o diálogo do Serviço Social com as outras Ciências Sociais que estudam a temática de gênero é muito recente, tem cerca de cinco anos. No entanto, a produção acadêmica do Serviço Social nesta área já é representativa, tanto quantitativa como qualitativamente. O último Congresso Brasileiro de assistentes sociais, realizado no ano passado, mostrou que este é um tema que vem interessando a categoria, tornando-se um painel específico de debate e estudo. Na graduação, também, disciplinas eletivas têm sido incluídas nos currículos das principais universidades, como é o caso da UERJ, que recentemente lançou a cadeira de Relações Sociais, Gênero e Etnia. Sobre o papel do assistente social frente à discussão de gênero, as professoras Sueli Gomes e Marlise Vinagre concordam sobre alguns pontos de reflexão. Um deles é a visão crítica que o profissional de Serviço Social precisa desenvolver para não se tornar um multiplicador da ideologia de gênero dominante. "A assistente social tem que se preparar para não reproduzir estereótipos e avaliações discriminatórias,

que inclusive constituem faltas éticas", avisa Marlise.

A luta pela igualdade entre homens e mulheres tem muitas outras frentes de atuação, além da área da saúde e do combate à violência. São causas igualmente importantes, como a luta pela representação política da mulher, o combate à educação diferenciada por sexo nas escolas de 1°, 2° e 3° graus, a retirada de conteúdos discriminatórios dos livros didáticos, a eliminação da discriminação por sexo no mercado de trabalho, quanto à questão salarial, de oportunidade e de qualificação profissional. Todas estas causas merecem a atenção e o apoio dos profissionais de Serviço Social, que devem estar atentos às mudanças nas relações sociais decorrentes da inserção da mulher no espaço público. A tomada de consciência da potencialidade feminina nasce de um árduo processo para a desconstrução da ideologia da supremacia masculina e revisão dos papéis estabelecidos para o homem e para a mulher na sociedade. Com certeza, homens e mulheres saem ganhando com esta discussão. O saldo da luta pelos direitos humanos, independente de sexo, classe social, raça e idade, será mais cedo ou mais tarde uma sociedade mais justa, que considere as diferenças, eliminando as desigualdades. O sonho não acabou.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- BRUSCHINI, C. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 1992 p.151 a 182.
- CFEMEA. Guia dos Direitos da Mulher. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record. Rosa dos Tempos: Brasília: EDUNB, 1996.
- LAVINAS, Lena. "Identidade de gênero. Uma categoria prática". In: Papéis avulsos. Curitiba. Lilith, Livraria Feminista, 1992.
- SAFFIOTI, Heleieth. O Poder do Macho. São Paulo, Moderna, 1987.
- VINAGRE SILVA, Marlise. Violência contra a mulher: quem mete a colher? São Paulo, Cortez, 1992.

sido uma bandeira importante do conselho, que edita publicações e organiza seminários e encontros sobre o tema. Em 1995, através do programa Cidadania Feminina: Direito Humano Universal, Prioridade Local, o CEDIM chegou a todas as cidades do estado, realizando centenas de reuniões municipais e regionais para que as mulheres fluminenses apontassem seus problemas e as soluções prioritárias. Em 1997, dando continuidade a este trabalho, foi assinada a Convenção Fluminense pela Efetiva

Cidadania da Mulher, incluindo o Governo Estadual e 71 dos 91 prefeitos do Rio de Janeiro. Os prefeitos assumiram os compromissos da convenção, criando conselhos, promovendo campanhas de conscientização e oferecendo estrutura para a população feminina se organizar, reivindicar e realizar atividades do seu interesse. O CEDIM atua em várias frentes: saúde, prevenção e combate à violência, trabalho e geração de renda, desenvolvimento humano e meio ambiente, educação e

cultura. É um exemplo de como a sociedade civil organizada pode conquistar espaços articulando-se com o poder público.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE LUTAS FEMINISTAS

CEDIM: Tel.:(021) 263-3815
Fax:(021) 263-4485
End: Rua Camerino, 51 - Centro - RJ

"A disciplina da estética instala a ordem da sensualidade contra a ordem da razão...essa noção almeja a liberdade dos sentidos que, longe de destruir a civilização, dar-lhe-ia uma base firme e incentivaria muito as suas potencialidades. Operando através de um impulso básico - nomeadamente, o impulso lúdico - a função estética aboliria a compulsão e colocaria o homem, moral e fisicamente em liberdade..."

Herbert Marcuse



SERVIÇO SOCIAL E ARTE

Criação e prazer como estímulo ao questionamento e exercício da cidadania

VALÉRIA L. FORTI é uma sêta defensora da inclusão da discussão sobre arte no currículo mínimo do Serviço Social. Mestre em filosofia pela Universidade Gama Filho e Professora do Departamento de Fundamentos Teóricos-Práticos do Serviço Social na UERJ, tem como principal atividade o ensino da disciplina Ética Profissional em Serviço Social. Seu interesse pela potencialidade da arte empregada em projetos de intervenção social nasceu do sucesso de experiências vividas nos 18 anos em que atuou como assistente social. "Pude comprovar a perspectiva libertadora da arte em trabalhos com diversos tipos de público, desde populações 'carentes' e grupos 'marginalizados', como prostitutas, até vivências acadêmicas com alunos e professores", conta com entusiasmo. Valéria acredita que existam muitos assistentes sociais intervindo através da arte. No entanto, não há um debate oficial continuado sobre o assunto e, muitas vezes, por esse motivo, a atividade pode carecer do suporte teórico e metodológico adequado.

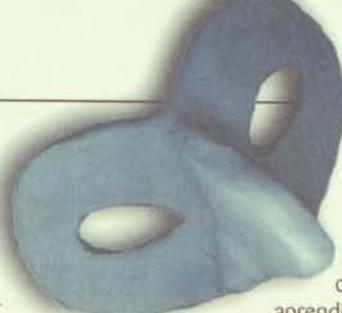
PRAZIS: Como surgiu seu interesse pela utilização da arte como instrumento de trabalho e como elemento mobilizador da população assistida pelo Serviço Social?

VALÉRIA: Pessoalmente, sempre encontrei na contemplação da arte uma vivência muito prazerosa e mobilizadora. Acho que o interesse começou mesmo aí e, mais tarde, foi acentuado com o mestrado em filosofia, a partir das discussões da cadeira de estética. No entanto, posso registrar um fato bastante marcante na minha compreensão do potencial da arte na "conscientização" do indivíduo, no resgate da auto-estima e, principalmente, no rompimento dos limites estabelecidos pela sociedade. Quando trabalhava com população favelada, conheci um senhor, semi-analfabeto, responsável pela faxina em uma casa de classe média alta. Nesta casa, ele teve a oportunidade de conhecer música clássica, gênero do qual se tornou um grande apreciador. Em sua simplicidade, este senhor explicou que quando ouvia música clássica se sentia grande. O desfrute da arte trazia para este homem uma perspectiva libertária em

relação a sua condição social. Como disse Brecht "...nossas platéias precisam não apenas saber que Prometeu foi libertado, mas familiarizar-se com o prazer de libertá-lo...com o triunfo vivido pelo libertador". A arte aponta para o infinito, a possibilidade de destruir o instituído e construir novas utopias.

X: Por que integrar a arte ao exercício profissional do assistente social?

VALÉRIA: A arte ultrapassa o utilitarismo, ela abre espaço para que o homem possa requalificar valores, criticar a situação vivida, experimentar outros espaços e outras perspectivas de atuação. Ao longo da história do capitalismo, o homem foi sendo destituído do elemento de criação, foi sendo alienado do seu próprio saber e, por consequência, da possibilidade de tirar prazer daquilo que produz. Na ideologia que rege a nossa sociedade, trabalho é sinônimo de sacrifício, daí a promessa de que o homem é dignificado através do sofrimento. A arte aponta para o prazer sem culpas, o reconhecimento da



capacidade criadora e transformadora de realidades, a possibilidade de movimentar o imaginário, desejar alternativas, revolucionar. Na ideologia capitalista dominante, a possibilidade de conquistar felicidade está diretamente relacionada ao consumo, ao "ter". A arte aponta para a felicidade de "ser", entrando em contato com reais necessidades de realização do indivíduo e negando a aceitação das necessidades criadas por um sistema competitivo e desumano. Neste sentido, a arte tem uma imensa afinidade com o trabalho do Serviço Social.

X: De que forma é possível trazer o instrumental artístico para a prática profissional?

VALÉRIA: Vejo duas vertentes básicas de utilização do instrumental da arte em projetos de intervenção do Serviço Social: a arte desfrutada e a arte vivenciada. A primeira vertente é o estímulo a contemplação da arte, como formação de bagagem cultural e como experiência emocional que qualifica o indivíduo, colocando-o em contato com a dimensão do prazer, da vivência não utilitarista. Certa vez, quando trabalhava numa secretaria de governo, levamos crianças residentes em favelas do Rio de Janeiro pela primeira vez ao Teatro Municipal, para assistir ao balé Quebra Nozes. Elas ficaram maravilhadas e, com certeza, esta experiência acrescentou um aspecto lúdico ao seu histórico de vida. Outra vertente é o estímulo à vivência do processo criativo em si. Dramatizações, por exemplo, são um excelente meio de fazer o público assistido pelo Serviço Social entrar em contato com algumas de suas questões mais profundas. No caso da academia, também, o processo criativo proporciona maior retenção dos conteúdos. Afinal, ninguém discute que o registro emocional é muito mais forte do que uma aula formal. Eu ministro a disciplina Ética Profissional em Serviço Social, a qual, caso não tomemos cuidado, pode transformar-se em um tema muito árido dado ao excesso de conceituações. Procuro, portanto, fazer sempre um paralelo com as experiências cotidianas do as-

sistente social, contextualizando o aprendizado. E provooco o questionamento através do debate sobre filmes, peças de teatro, livros. Solicito aos alunos um trabalho final que implique em algum tipo de exercício criativo para eles. No fundo, existem infinitas possibilidades de adotar a arte como instrumental de trabalho. O que precisa acontecer é uma maior troca de informações sobre o assunto.

X: As assistentes sociais estão habilitadas a encaminhar atividades relacionadas à arte?

VALÉRIA: De uma forma geral, acho que não. A arte ainda não faz parte do currículo mínimo do Serviço Social e, portanto, acredito serem poucas as universidades que tenham cadeiras eletivas dedicadas ao tema, como a UERJ, que tem a cadeira de Oficina Cultural. Portanto, o assunto ainda não está sendo devidamente abordado. Neste caso, o melhor caminho é o assistente social optar por ser o agente deste processo, estabelecendo equipes multidisciplinares, que incluam profissionais capacitados no instrumental artístico. O trabalho que realizei com prostitutas, por exemplo, teve a participação efetiva de um grupo de teatro na condução do processo de dramatização dos temas a serem abordados. Outro aspecto muito polêmico - sobre o qual não posso me estender porque não sou especialista, mas apenas uma interessada nesta discussão - é o limite entre o que é ou não arte. Muitas iniciativas se auto-intitulam artísticas, mas na verdade focam muito mais o aspecto recreativo ou ocupacional. Na minha opinião, arte tem que mobilizar o potencial criativo do homem, esta é a sua possibilidade libertadora. E esta é uma discussão que só irá amadurecer através do debate e do conseqüente desenvolvimento teórico, visando à arte em projetos de intervenção do assistente social.

Valéria L. Forti participou também da Revista "Em Pauta" da Faculdade de Serviço Social da UERJ, na edição nº 12 de maio de 1998, com o artigo "Serviço Social, com arte..."

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1995.

_____. Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho. Serviço Social e Sociedade, 50. São Paulo: Cortez, 1996. P.78-86.

COLI, Jorge. O que é arte. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense (col. Primeiros Passos/ nº 46), 1988.

FISCHER, Ernest. A necessidade da arte. 9ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe. Porto: Escorpião, 1974.

MARCUSE, Herbert. Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, s/d.

_____. Cultura y Sociedad. 4ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1969.

READ, Herbert. As origens da forma na arte. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

"...A arte pode elevar o homem de um estado de fragmentação a um estado de ser íntegro, total. A arte capacita o homem para compreender a realidade e o ajuda não só a suportá-la como a transformá-la, aumentando-lhe a determinação de torná-la mais humana e mais hospitaleira para a humanidade..."

Ernest Fischer

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO CRESS 7ª REGIÃO Nº 081/98
de 14/10/98

O Presidente do Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o que consta do(s) processo(s) disciplinar(es) nº (s) 359/95, 1024/96, 1225/96, 125/97, 005/98, 034/98, 093/98, 097/98, 104/98, 105/98, 118/98, 119/98, 128/98, 161/98, 168/98, 173/98, 218/98, 311/98, 314/98, 349/98, 357/98, 360/98, 376/98, 377/98, 388/98, 391/98, 399/98, 403/98, 413/98, 421/98, 440/98, 450/98, 495/98, 511/98, 515/98, 520/98, 534/98, 535/98, 548/98, 555/98, 563/98, 572/98, 573/98, 583/98, 584/98, 597/98, 602/98, 621/98, 649/98, 653/98, 654/98, 663/98, 664/98, 667/98, 668/98, 674/98, 678/98, 680/98, 689/98, 692/98, 693/98, 699/98, 702/98, 703/98, 706/98, 709/98, 721/98, 723/98, 727/98, 737/98, 747/98, 749/98, 751/98;

CONSIDERANDO o cumprimento de todos os procedimentos formais estabelecidos pela Resolução CFESS nº 354/97 de 15/12/97, e a garantia do exercício do direito de defesa e de recurso;

CONSIDERANDO que o não pagamento regular das anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social em que o profissional está inscrito, constitui-se **INFRAÇÃO DISCIPLINAR** em conformidade com o estabelecido pela alínea "C" do art. 22 do Código de Ética Profissional do Assistente Social, instituído regulamentemente pela Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993;

CONSIDERANDO, finalmente, a decisão dos Conselhos Plenos do CRESS da 7ª Região, em reuniões realizadas em 09/09/98 e 14/10/98;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar, com fundamento no parágrafo único do artigo 25 do Código de Ética Profissional do Assistente Social, a **PENA de SUSPENSÃO** do exercício profissional, aos seguintes assistentes sociais:

ADENIRIS PEREIRA DOS SANTOS PINTO - CRESS nº AS11802 • ALCIDES SILVA - CRESS nº AS11774 • ALINE SILVA COSTA - CRESS nº AS11935 • ANA CRISTINA DE OLIVEIRA CHAPELEM - CRESS nº AS11523 • ANA CRISTINA XAVIER DOS SANTOS SANTIAGO - CRESS nº AS10011 • ANGELA MARIA DA COSTA CARLOS - CRESS nº AS11913 • ARTHUR MIGUEL DO NASCIMENTO - CRESS nº AS11588 • CECÍLIA MOREIRA - CRESS nº AS01784 • CLAUDIA CRISTINA FERREIRA DE SOUZA - CRESS nº AS11278 • CLEBENILCE DE MARIA DAS DORES SPANZA VITOLA - CRESS nº AS03677 • CLEIDE CALIXTO - CRESS nº AS12154 • DAISY THEREZINHA DOS SANTOS RIBEIRO - CRESS nº AS09104 • DEBORA SILVA DE OLIVEIRA - CRESS nº AS07826 • ELIANA MARIA DE ASSIS - CRESS nº AS03877 • ELIANE SANS MORAES - CRESS nº AS02973 • FATIMA CONCEIÇÃO FERAZ DE ARAUJO - CRESS nº AS08133 • GEORGETTE MUNIZ DE CARVALHO - CRESS nº AS03878 • GLAUCIA DE OLIVEIRA - CRESS nº AS07289 • HELOISA HELENA DOS SANTOS GONÇALVES - CRESS nº AS11431 • HERINETE ALVES FIGUEIREDO DE SOUZA - CRESS nº AS07562 • IVANEIDE SANTOS DE CARVALHO - CRESS nº AS10306 • JOSÉ MÁRIO DA SILVA - CRESS nº AS08907 • JUCIARA FERREIRA DO BONFIM - CRESS nº AS09400 • JULIE MALENA SIQUEIRA TELHADA - CRESS nº AS11254 • LEILA ALVES DA SILVA - CRESS nº AS10635 • LUCIANA MARIA CAPRA VIEIRA - CRESS nº AS02407 • LUCINEIDE DE OLIVEIRA MAGALHÃES - CRESS nº AS09266 • MARCIA CRISTINA ROLLO DE FREITAS DE AZEVEDO - CRESS nº AS11893 • MARCIA ROSANE MUNIZ BARBOSA DE CARVALHO - CRESS nº AS08274 • MARCIA SANTOS ROCHA - CRESS nº AS11680 • MARIA CRISTINA PAULO RODRIGUES - CRESS nº AS07723 • MARIA DA PENHA SANTANA RIBEIRO - CRESS nº SEC334 • MARIA DE FATIMA ALVES SOBRAL - CRESS nº AS06920 • MARIA DE LOURDES ODELIO - CRESS nº AS06730 • MARIA DOLORES ROCHA PEREIRA - CRESS nº AS07101 • MARIA JOSÉ DA SILVA SANTOS - CRESS nº AS07111 • MARIA LUCIA DA SILVA AGUIAR - CRESS nº AS11636 • MARIA LUCIA RAMOS DE MOURA - CRESS nº AS06539 • MARIA RAQUEL PEREIRA BORGES - CRESS nº AS10257 • MARIA SOCORRO DE BRITO - CRESS nº AS11771 • MARIA THEREZA GONÇALVES DE FREITAS - CRESS nº AS03770 • MARISA PINHEIRO HENRIQUE - CRESS nº AS06043 • MARLENE DE AZEVEDO PARÍSIO - CRESS nº AS03764 • MARLY DE SOUZA BRANDÃO - CRESS nº AS03922 • MAURA CAETANO - CRESS nº AS11303 • MERCIA MACIEL - CRESS nº AS11786 • MONICA FONTOURA DE OLIVEIRA - CRESS nº AS10043 • NADJA ALVES DA SILVA SOUZA - CRESS nº AS04236 • NAZARETH CRISTINA MAYA FERREIRA - CRESS nº AS06806 • NEILA COELHO FARIAS - CRESS nº AS11498 • NELIA MARGARIDA DE OLIVEIRA BOTELHO DA SILVA - CRESS nº AS12026 • OLAVO RODRIGUES DA SILVA - CRESS nº AS10541 • PATRÍCIA SIMONE XAVIER DE ARAUJO - CRESS nº AS11643 • PAULA VIRGINIA MANHÃES DE ANDRADE - CRESS nº AS03140 • RITA DE CÁSSIA DE SOUZA MANNARINO - CRESS nº AS09432 • RITA ROSILENE DE AGUIAR CARNEIRO BANDEIRA - CRESS nº AS11715 • ROSA MARIA HENRIQUE DA COSTA - CRESS nº AS03709 • ROSEMARY VIANA FREITAS - CRESS nº AS04780 • ROSIANE MOTTA DINIZ - CRESS nº AS07250 • SANDRA REGINA SANTIAGO BRASIL - CRESS nº AS11752 • SELMA CAMPOS DE SOUZA PINHEIRO - CRESS nº AS09599 • SIMONE SANTOS SILVA COSTA - CRESS nº AS11466 • SIMPLÍCIA MARIA GASPAR - CRESS nº AS09937 • SÓLANGE ALEXANDRE DOS SANTOS DE SOUZA - CRESS nº AS11721 • SOLANGE PEREIRA MOREIRA - CRESS nº AS12309 • SUELY APPARECIDA KRON MIRANDA VIVEIROS - CRESS nº AS04270 • THEREZINHA DE JESUS RODRIGUES DA SILVA - CRESS nº AS06150 • VALERIA MARIA MOREIRA - CRESS nº AS09789 • VERA LUCIA DOS SANTOS - CRESS nº AS12174 • VERA LUCIA PAES - CRESS nº AS04331 • VERA LUCIA SIQUEIRA VALENTE - CRESS nº AS07435 • VILMA DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE - CRESS nº AS09214 • WALDEMAR GONÇALVES GALHEIRA - CRESS nº AS10957

Art. 2º - A pena de suspensão por falta de pagamento das contribuições ou negociação (anuidades), taxas multas devidas ao CRESS da 7ª Região só cessará com a satisfação do débito.

Art. 3º - Decorrido 3 (três) anos de suspensão, sem o pagamento do débito, poderá ser cancelado "ex-officio" a inscrição dos profissionais relacionados no artigo 1º.

Art. 4º - Os profissionais suspensos ficam impedidos de praticar qualquer ato, função ou atividade de atribuição do assistente social.

Art. 5º - Serão devidas as anuidades referentes ao período em que os profissionais estiverem suspensos do exercício profissional.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no D.O.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1998.

Mirian de Souza Silva

Presidente do CRESS - 7ª Região

Publicação em Diário Oficial em 13.01.99 e encaminhada à Dívida Ativa.

PRAxis

Informativo do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/ 7ª Região
Edição de Março de 1999

Rua México, 41 - 12º andar/ Gr. 1203 a 1205.
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144
Telefax: (021) 240-1727/240-3627

DIRETORIA

Mirian de Souza Silva - Presidente
Maria Helena de S. Tavares - Vice-Presidente

Marise Elizardo Neves - 1ª Secretária
Claudia Canto Silva - 2ª Secretária
Dora Batista Vieira - 1ª Tesoureira
Marta de O. Vasconcelos - 2ª Tesoureira

CONSELHO FISCAL

Rosely Reis Lorenzato, Heloisa Helena M. Maciel, Valéria Lucília Forti.

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Mirian de Souza Silva, Rosely Reis Lorenzato

EDITORIA

SCRIPTÓRIO COMUNICAÇÃO

Tel: (021) 240-7472

Cláudia Costa - MTB 16565 - RJ

Karla Mourão - MTB 16349 - RJ

Projeto gráfico e editoração

Ingrid Klein

Fotografia

Dilmar Cavalher

Ilustração

Carlos D.